

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/9396	14056/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação-Lugar das Quintas, Padim da Graça		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 52188/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Apreciação Técnica, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/9199 de 18 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 52188/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-6284 DE 16/03/2026

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS QUINTAS, PADIM DA GRAÇA

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO – ARQUITETURA

17/03/2026

"Nos termos do despacho do Senhor Diretor Municipal, proferido no âmbito do Processo n.º 11720/2026 (Proposta de Resolução PR/2026/7695, de 5 de março de 2026), e na sequência do entendimento jurídico constante do parecer da Dra. Fernanda Paula Oliveira — segundo o qual a 3.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Braga não poderá ser considerada para efeitos de apreciação urbanística das operações urbanísticas até à respetiva publicação — procede-se à reapreciação técnica exclusivamente à luz do Plano Diretor Municipal de Braga em vigor (PDM 2015)."

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

1.1. através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-6284, realiza uma junção de elementos relativos ao licenciamento de obras de edificação, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura com vista à construção de habitação unifamiliar, a levar a efeito no prédio sito no Lugar das Quintas, Padim da Graça, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 1031/20250812, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo n.º 1009-P.

1.2. O requerente apresenta elementos ao Pedido de Licenciamento, no sentido de dar resposta satisfatória às condicionantes impostas na informação técnica n.º 2026-2340 de 26/01/2026, em resposta ao despacho n.º 2026-0684 de 30/01/2026 nomeadamente:

- pontos 3.2, 3.3 e 3.4 o requerente apresenta os elementos solicitados;
- pontos 5.2.7., o requerente altera a proposta no referente às cedências ao domínio público mantendo os alinhamentos de forma articulada e contínua com a faixa de estacionamento, garantindo o afastamento regulamentar das vedações ao eixo da via;
- o requerente em resposta ao ponto 5.2.8., altera as implantações dando resposta de forma adequada à articulação volumétrica e formal entre as fachadas das edificações propostas e as existentes e respeitando os alinhamentos da frente urbana em que se insere;

1.3. Trata-se da intenção de edificar uma habitação unifamiliar composta por dois pisos acima da cota de soleira (um piso com a função de garagem e outro piso com a função de habitação), de tipologia T3.



2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão é possível os seguintes antecedentes processuais nos serviços deste município:
- Processo n.º 880/2024 – Autorização de destaque e emissão de certidão

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido encontra-se corretamente instruído de acordo com a informação técnica n.º2026-7408 emitida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos em 17/03/2026.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. A proposta não carece de qualquer consulta.

5. ANÁLISE À LUZ DO PDM 2015:

5.1. Enquadramento:

- 5.1.1. O prédio encontra-se em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como – **BD2 – Urbanizável – Espaço Urbano de Baixa Densidade e FPP – Espaços Florestais de Produção** segundo os artigos 78º e 34º do RPDM.
- 5.1.2. Sem condicionantes sobre o local.

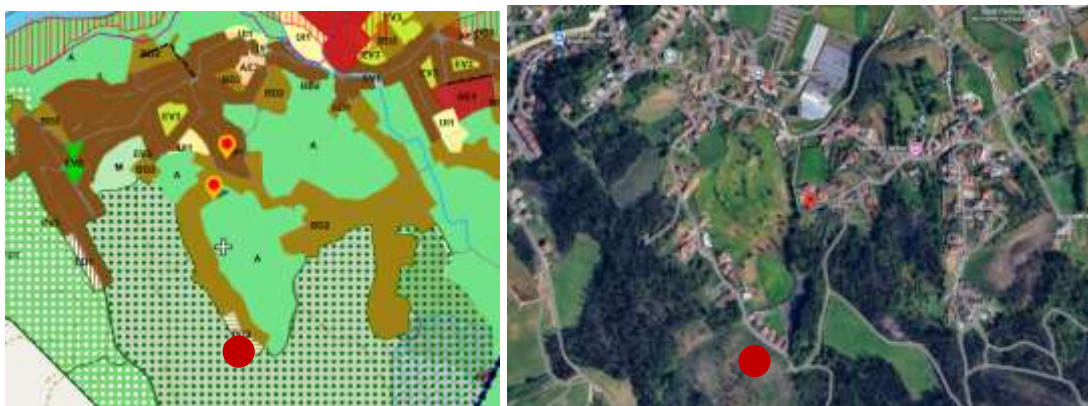


Figura 1 - Extrato retirado da Planta de Classificação e Qualificação de solo RPDM2015 com sobreposição da proposta e Imagem retirada do Google Maps

5.2. Análise urbanística:

- 5.2.1. O presente pedido é formulado em articulação com as parcelas contíguas que são propriedade do requerente, prevendo-se um conjunto de 6 habitações unifamiliares.
- 5.2.2. A pretensão incide exclusivamente em solo classificado como BD2 – Urbanizável – pelo que o uso proposto é admissível.
- 5.2.3. Quanto ao índice de utilização, considera-se o seu enquadramento na exceção prevista na subalínea iv) da alínea c) do ponto 2 do artigo 78º do RPDM.



- 5.2.4. Cumpre o índice de impermeabilização previsto na subalínea iii) da alínea c) do ponto 2 do artigo 78º do RPDM.
- 5.2.5. Cumpre os afastamentos da construção e vedação ao eixo da via conforme as alíneas a) e c) do artigo 84º do RPDM.
- 5.2.6. Salvaguarda o disposto nos artigos 105º e 106º do RPDM em vigor, quanto à dotação de estacionamento público e privado.
- 5.2.7. São cedidos 81,30m² de terreno privado ao domínio público para passeios e estacionamento público.

6. OUTROS ASPETOS REGULAMENTARES:

- 6.1. No que se refere à altura dos muros contíguos com os terrenos adjacentes e via pública, cumpre o previsto no ponto 1 do artigo B-1/52, do Código Regulamentar.
- 6.2. Quanto ao afastamento entre fachadas de edifício, cumpre o previsto na alínea b), nº3 do artigo B-1/48.º do Código Regulamentar de Braga em vigor.
- 6.3. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.
- 6.4. Ao abrigo do disposto no nº 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 6.5. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

7. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 7.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.
- 7.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
- 7.3. Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, comunique-se o teor da presente informação técnica ao requerente

